



UNIVERSIDADE  
**LUSÓFONA**  
D O P O R T O

Carla Marisa dos Santos Matos

**Risco de Divórcio e Conflito Conjugal: O Efeito Moderador da  
Satisfação Coparental**

Trabalho realizado sob orientação do  
**Professor Doutor Diogo Jorge Pereira do Vale Lamela da Silva**

Dezembro, 2016





UNIVERSIDADE  
LUSÓFONA  
DO PORTO

Carla Marisa dos Santos Matos

**Risco de Divórcio e Conflito Conjugal: O Efeito Moderador da Satisfação  
Coparental**

Dissertação de Mestrado  
Psicologia Clínica e da Saúde

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto no dia  
12/12/2016, perante o júri seguinte:

Presidente: Prof.<sup>a</sup> Doutora Inês Martins Jongenelen (Universidade Lusófona do Porto)  
Vogal e Arguente: Prof. Doutor Ricardo José Martins Pinto (Universidade Lusófona do  
Porto)

Orientador: Prof. Doutor Diogo Jorge Pereira do Vale Lamela da Silva (Universidade  
Lusófona do Porto)

Dezembro, 2016

É autorizada a reprodução parcial desta dissertação, apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

## **Agradecimentos**

Sinto que é importante agradecer a todas as pessoas que fizeram com que fosse possível a concretização desta etapa tão enriquecedora, tanto a nível pessoal como a nível profissional.

Agradeço ao Professor Doutor Diogo Lamela por ter aceite orientar a minha dissertação. Obrigada todo o conhecimento partilhado, compreensão, por toda a paciência e por sempre me fazer acreditar nas minhas capacidades.

Aos meus pais que permitiram que o meu sonho se concretiza-se, que sempre me apoiaram e nunca me deixaram desistir. Em especial á minha mãe por ser a minha maior referência enquanto pessoa e mulher. Obrigada por tudo que me ensinas diariamente. Obrigada a ambos por serem as pessoas mais importantes e imprescindíveis da minha vida. Obrigada por serem o meu porto seguro, o meu amparo. Amo-vos.

Às minha irmãs por toda a força que me transmitiram, por todas as vezes que me fizeram sorrir e acreditar nas minhas capacidades.

Por fim, mas não menos importante, um grande obrigado a todas as pessoas que conheci durante o percurso académico. Obrigada pelo companheirismo, entreaajuda, pela troca de experiências. Obrigada pelos sorrisos que me proporcionaram.

Um muito obrigado a todos por terem feito parte desta etapa!

## Resumo

A investigação tem demonstrado a relação entre o conflito conjugal e o risco de dissolução conjugal. No entanto, pouco tem sido estudado sobre o potencial efeito moderador da satisfação conjugal e da satisfação coparental nesta associação. O presente estudo teve dois objetivos. Em primeiro, examinar se indicadores sociodemográficos e o conflito conjugal iriam predizer o risco de divórcio em mães e pais casados ou em união de facto. Em segundo, testar se a associação entre o conflito conjugal e o risco de divórcio seria moderada pela satisfação conjugal e a satisfação coparental. Usando um *design* transversal, procedeu-se a um procedimento *online* de recolha de dados, onde as participantes responderam a questões sobre o risco divórcio, relação coparental e indicadores de qualidade conjugal. Estar envolvido numa relação conjugal heterossexual e com, pelo menos um filho, com o atual parceiro conjugal foram utilizados como critérios de inclusão. Participaram no estudo 512 participantes. O estudo encontrou que os indicadores sociodemográficos não contribuíram para a variância no risco de divórcio, sendo que o conflito conjugal explicou significativamente parte da variância no risco de divórcio. Verificou-se também que a associação entre o conflito conjugal e o risco de divórcio foi moderada pela satisfação coparental, e que participantes com elevada satisfação coparental e com baixo conflito conjugal apresentaram menores níveis de risco de divórcio, em comparação com os pais com baixa satisfação coparental e com baixo conflito conjugal. No entanto, pais com elevada satisfação coparental e com elevados níveis de conflito conjugal relataram maior risco de divórcio do que os participantes com baixa satisfação coparental e elevado conflito conjugal. A satisfação conjugal não apresentou um efeito moderador na associação entre conflito conjugal e risco de divórcio. Investigações futuras devem testar os mecanismos pelos quais pais com baixa satisfação coparental e elevado conflito conjugal apresentam menor risco de divórcio que aqueles com elevada satisfação coparental, usando, para o efeito, *design* longitudinais e medidas observacionais.

*Palavras-chave:* Risco de divórcio, conflito conjugal, moderação, satisfação conjugal e satisfação coparental

## **Abstract**

Research has demonstrated the relationship between marital conflict and the risk of marital dissolution. However, little has been studied about the potential moderating effect of marital satisfaction and satisfaction coparental in this association. This study had two objectives. First, examine whether sociodemographic indicators and marital conflict would predict the risk of divorce on mothers and fathers married or in union. Second, to test if the association between marital conflict and the risk of divorce would be moderated by marital satisfaction and satisfaction coparental. Using a cross-sectional design, we proceeded to an online procedure for data collection, where participants answered questions about the risk divorce, coparental relationship and marital quality indicators. Being involved in a heterosexual marriage relationship and with at least one child, with the current marital partner were used as inclusion criteria. Participated in the study 512 participants. The study found that the socio-demographic indicators did not contribute to the variance in the risk of divorce, and marital conflict significantly explained part of the variance in the risk of divorce. It was also found that the association between marital conflict and the risk of divorce was moderated by coparental satisfaction, and that participants with high coparental satisfaction and low marital conflict had lower levels of divorce risk compared to parents with low coparental and low marital conflict satisfaction. However, parents with high coparental satisfaction and high levels of marital conflict reported a higher risk of divorce than participants with low coparental satisfaction and high marital conflict. The marital satisfaction did not show a moderating effect on the association between marital conflict and the risk of divorce. Future research should test the mechanisms by which parents with low satisfaction and high coparental marital conflict have a lower risk of divorce than those with high coparental satisfaction using for this purpose, longitudinal design and observational measures.

*Keywords:* Divorce Risk, marital conflict, moderation, marital satisfaction and coparenting satisfaction

## Índice

<b>Agradecimentos</b> .....	V
<b>Resumo</b> .....	VI
<b>Abstract</b> .....	VII
<b>Introdução</b> .....	1
<b>Método</b> .....	7
Participantes .....	7
Instrumentos .....	7
Procedimentos .....	8
Procedimentos estatísticos .....	9
<b>Resultados</b> .....	10
<b>Discussão</b> .....	12
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	15

## Índice de Tabelas

Tabela 1. Médias, Desvios-Padrão e Correlações Bivariadas entre as Principais Variáveis	10
Tabela 2. Regressão Hierárquica Predizendo Risco de Divórcio .....	11

## Índice de Figuras

Figura 1. Interação entre o conflito conjugal e a satisfação coparental na predição do risco de divórcio. ....	12
--	----



## **Risco de Divórcio e Conflito Conjugal: O Efeito Moderador da Satisfação Coparental**

A família é um ambiente primordial para os indivíduos desenvolverem aprendizagens fundamentais de interação e afeto, tal como comunicação, relações interpessoais, linguagem, amor, sexualidade, contatos corporais e filiação (Alarcão, 2000). Sampaio e Gameiro (1985) consideram a família um sistema, ou seja, é um conjunto de elementos que estão interligados através de um conjunto de relações, que se mantém em constante contacto com o mundo exterior e que mantém o seu equilíbrio ao longo do processo de desenvolvimento, que é percorrido através de estádios de evolução diversificados. Um dos pressupostos da teoria de sistemas da família é que o funcionamento global da família é explicado pela interdependência estrutural saudável entre os diferentes subsistemas que a compõem (Cox & Paley, 1997; Smith-Acuña, 2010). Dentro deste grande sistema, existem subsistemas que são analisados como unidades sistémico-relacionais: o subsistema individual, constituído pelo próprio indivíduo, que exerce funções e papéis na família e noutros sistemas; o subsistema conjugal constituído pelos dois adultos em interação íntima e romântica; o subsistema parental normalmente constituído pela díade mãe-filho e pai-filho (ou por outros adultos responsáveis pela prestação de cuidados às crianças); o subsistema fraternal composto pelos irmãos que possibilita o desenvolvimento de competências de relacionamento interpessoal (Alarcão, 2000); e o subsistema executivo, formado pelos pais com a função de tomar decisões relativas à educação dos seus filhos, revela-se importante para o funcionamento global da criança e para a sua adaptação (Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

A díade conjugal é composta por duas pessoas, que quando decidem assumir uma relação entre si, construída por trocas verbais e não-verbais, criam uma identidade conjugal e constroem realidades comuns (Féres-Carneiro & Neto, 2010; Féres-Carneiro, 2008). Este subsistema pode enfrentar desafios e stressores intra e exossistémicos que podem culminar, para uma grande percentagem de casais, na dissolução da conjugalidade (Féres-Carneiro & Neto, 2010).

A dissolução conjugal é descrita na literatura como um processo em que os fatores de manutenção da relação conjugal serão modificados até que a relação não possa mais ser definida, pelos elementos deste subsistema ou apenas por um deles, como uma relação conjugal (Féres-Carneiro & Neto, 2010; Gottman, & Levenson, 1992). A literatura prévia tem identificado os fatores que cumulativamente parecem prever o risco de divórcio da

díade conjugal. Do ponto sociodemográfico, as mulheres são mais propensas a iniciar o processo de divórcio do que os homens (Amato & Previtti, 2003). As mulheres expressam uma maior gama de emoções e tendem a queixar-se de que os seus maridos não se preocupam com a sua vida emocional nem expressam os seus próprios sentimentos e pensamentos (Thompson & Walker, 1989); têm uma consciência mais prévia dos problemas do seu relacionamento e iniciam discussões acerca desses problemas com os cônjuges (Thompson & Walker, 1991). Por outro lado, os homens tendem a evitar discussões de forma a não afetar de forma negativa as relações íntimas (Gottman, Coan, Carrere & Swanson, 1998) e tendem a atribuir responsabilidade do motivo do divórcio a fatores externos ao relacionamento (Levinger, 1966; Kitson, 1992). A idade com que os casais se casam também representa um fator de risco de divórcio: indivíduos que se casam jovens relatam uma maior percentagem de problemas conjugais, do que casais que se casam em idades avançadas. Uma possível explicação para este acontecimento é a imaturidade psicológica, emprego instável (White, 1991) e o facto de que durante o namoro os indivíduos têm idealizações distorcidas acerca dos seus namorados que se dissolvem durante o casamento. Devido a estas idealizações, o divórcio tende a ocorrer devido a conflitos de interesse e de personalidades (Becker, 1998, citado por Amatto & Previtti, 2003). Ao nível socioeconómico, sabe-se que o nível de escolaridade e salário tendem a ser um preditor do sucesso marital (Voydanoff, 1990), uma vez que o nível de escolaridade promove uma comunicação mais eficaz entre os cônjuges, o que permite a resolução de possíveis divergências existentes (Amatto & Previtti, 2003). Em casais em que ambos os cônjuges estão desempregados ou apenas a mulher se encontra desempregada, existe um aumento do risco de divórcio (Jalovaara, 2003). As dificuldades económicas são um fator de *stress* que aumenta o nível de irritabilidade, reduzem o número de manifestações de apoio emocional (Conger, Elder, Lorenz, Conger, Simons, Whitbeck et al., 1990), diminuem os níveis de satisfação relacionados com o relacionamento (Karney, Garvan, & Thomas, 2003, citados por Williamson, Altman, Hsueh, Bradbury, 2016) e a frequência das interações positivas (Fein, 2004). Desta forma, casais com baixo rendimento financeiro tendem a ter taxas de divórcio mais elevadas do que casais com alto rendimento (Bramlett & Mosher, 2002).

A literatura também se tem versado sobre os processos e dinâmicas conjugais na predição do risco de divórcio, sendo que o conflito conjugal tem recebido atenção empírica. O conflito conjugal é definido por episódios de interação adversa no subsistema conjugal, constituindo-se por distintas situações particulares (Bolze, Crepaldi, Schmidt & Vieira,

2013). O conflito caracteriza-se pela frequência da ocorrência dos episódios, intensidade, conteúdo e métodos de resolução utilizados (Benetti, 2006). A forma como os cônjuges lidam com os conflitos conjugais representa um dos melhores preditores do sucesso de um casamento ao longo prazo (Bolze, Schmidt, Crepaldi & Vieira, 2013). Um estudo de Mosmann e Falcke (2011) concluiu que o principal motivo de desentendimento conjugal é a relação com os filhos, seguindo-se o dinheiro, tarefas domésticas e o sexo. Este estudo confirma a hipótese de *Spillover*, em que o conflito conjugal pode ser transferido, direta ou indiretamente, para a relação dos adultos enquanto equipa coparental, sendo que também os conflitos relacionados com os filhos podem causar impacto no subsistema conjugal (Gerard, Krishnakumar & Buheler, 2006; Margolin, Gordis & Oliver, 2004).

O conflito conjugal acontece em todos os relacionamentos, incluindo os relacionamentos com elevada satisfação conjugal (Narciso & Ribeiro, 2009, citado por Schmidt, 2012). Alguns autores, sustentados na perspectiva interacionista simbólica das relações conjugais, tem defendido teoricamente que a intensidade, natureza e frequência do conflito conjugal não determina diretamente o risco de divórcio (e.g., Karney & Bradbury, 1995). Esta associação entre conflito conjugal e risco divórcio parece ser influenciada pela avaliação subjetiva das recompensas psicológicas e instrumentais que cada parceiro elabora sobre a relação conjugal (Karney & Bradbury, 1995; Lavner & Bradbury, 2012). Assim, a variação na satisfação conjugal poderá exercer efeito moderador na relação entre conflito conjugal e o risco de divórcio. A satisfação conjugal é definida como avaliação subjetiva e pessoal acerca do subsistema conjugal (Kunaszuk, 2009), sustentada nas percepções acerca do cônjuge e da relação (Narciso, Costa & Prata, 2002). A satisfação conjugal é, por vezes, confundida com funcionalidade, ajustamento ou qualidade conjugal (Kurdek, 1990, citado por Narciso, 1997). É importante então distinguir a satisfação conjugal de estabilidade conjugal. A satisfação conjugal é a comparação entre as expectativas que o sujeito tem acerca do casamento e os seus resultados, enquanto a estabilidade conjugal é a comparação entre a melhor alternativa possível de avaliação e o resultado do casamento (Coleta, 1992). Segundo a Teoria da Crise, explicada por Mosmann, Wagner e Féres-Carneiro (2006), a satisfação conjugal é o resultado da capacidade de superação e readaptação do casal às crises, porém quando existe uma falha nessa adaptação ao evento gerador de *stress* a estabilidade do casal é afetada, o que poderá desencadear problemas conjugais. A satisfação conjugal tem sido indicada como o principal constructo envolvido no estudo da construção e manutenção da conjugalidade (Féres-Carneiro & Neto, 2010) e da dissolução do relacionamento, tanto que

os casais mais satisfeitos apresentam menor risco de fim da sua relação íntima (Bradbury, Fincham, & Beach, 2000). Desta forma, a investigação parece sugerir que a satisfação conjugal contribui significativamente para a estabilidade do subsistema conjugal e bem-estar individual, (Bradbury et al., 2000), de tal forma que existem modelos clínicos em que o objetivo de intervenção da terapia de casal se foca no aumento da satisfação do casal (Coleman, 2011). A investigação empírica tem também evidenciado que a satisfação conjugal parece variar em função de características sociodemográficas, psicológicas e familiares, incluindo sexo, momento do ciclo de vida familiar, características da personalidade, valores, nível de escolaridade, nível socioeconómico, atitudes, necessidades, nível cultural, trabalho remunerado e, por último, a presença de filhos (Wilhelm & Oliveira, 2011). Segundo o modelo de Sucesso Conjugal de Gottman e Silver (1999, citados por Narciso & Costa, 2001), quando os fatores se cruzam geram diferentes níveis de satisfação, em que a partir de um limiar negativo irá surgir uma insatisfação global. Esta insatisfação representa um entrave ao bem-estar do sujeito, que conseqüentemente diminuirá o nível de satisfação gerando um ciclo de auto-perpetuação da insatisfação.

Estudos referem que cônjuges satisfeitos tendem a interpretar os comportamentos específicos dos seus parceiros de uma forma mais positiva, enquanto cônjuges insatisfeitos tendem a atribuir significados negativos aos comportamentos dos parceiros (Fincham & O'Leary, 1983; Jacobson, McDonald, Follette, & Berley, 1985). Em cônjuges satisfeitos com a sua relação, cada interação satisfatória irá justificar a constante satisfação que sentem, porém pode ser o motivo pelo qual têm dificuldade em lidar com o conflito quando este surge (Karney & Bradbury, 1995).

Num estudo realizado por Gottman e Leven-Son (1992), que tinha como objetivo relacionar a baixa satisfação conjugal com a dissolução da conjugalidade, concluiu-se que existem dois tipos de casais: os casais regulados e os casais não regulados. As principais diferenças entre estes dois tipos de casais era o facto de que os casais não regulados apresentavam menor satisfação conjugal, problemas conjugais, maior número de interações negativas, expressões negativas entre a díade em situações de conflito e conseqüentemente um declínio de expressões positivas, uma maior inflexibilidade nas discussões e uma maior atitude defensiva. Estas características dos casais não regulados apresentam-se assim como predictoras de um maior risco de dissolução da conjugalidade (Gottman & Leven-Son, 1992).

Considerando que investigação empírica tem também sugerido que um dos principais temas desencadeadores de conflito conjugal são os filhos, do ponto de vista dos modelos dos

sistemas familiares, a satisfação coparental poderão apresentar um efeito moderador da associação entre conflito conjugal e risco de divórcio. A coparentalidade tem sido definida como sendo um envolvimento conjunto e mútuo de ambos os pais na educação e vida dos seus filhos (Feinberg, 2003), como também na cooperação efetiva no suporte às decisões do outro e absorvem-nas na sua própria relação individual com os filhos (Maccoby, Depner & Mnookin, 1990). O subsistema coparental pode ser composto por casais casados ou nunca casados, divorciados, que vivam em união de facto, a orientação sexual dos seus membros é irrelevante e os filhos podem ser biológicos ou adotados (Van Egeren & Hawkins, 2004). De uma forma conceptual, incide sobre as interações interparentais em relação às funções e expectativas dos cônjuges acerca do desempenho do seu papel de pais (Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010). A coparentalidade não inclui aspetos legais, financeiros, sexuais, emocionais ou românticos, que não estejam relacionados com a educação da criança (Feinberg, 2003). Segundo o Modelo da Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade de Feinberg (2003), a coparentalidade é influenciada por três fatores: pelas características individuais de cada pai, como as atitudes, grau de escolaridade, saúde mental, qualidade da vinculação, níveis de bem-estar e sistemas valorativos que afetam a relação coparental; fatores familiares que podem influenciar a aliança coparental tendo em conta que, na maioria das famílias intactas, o subsistema coparental é formado após a existência do subsistema conjugal, o que leva a que o repertório comportamental e emocional dos pais enquanto cônjuges possa vir a ter um papel preponderante na formação e conservação de uma relação coparental ajustada; por fim, pelo ambiente extrafamiliar. Sabe-se que a relação coparental pode limitar a comunicação entre os parceiros (Bali, Dhingra & Baru, 2010). Van Egeren (2004) realizou um estudo em que demonstrou que a relação coparental entre os pais aos 6 meses de idade do filho era preditor da qualidade da relação conjugal aos 3 anos, porém o oposto não se confirmava. Assim, parece existir evidência empírica que fundamenta o pressuposto que a relação coparental não é um substrato da relação conjugal, uma vez que não se comprova que estes sistemas se encontram sempre altamente correlacionadas. Schoppe-Sullivan, Mangelsdorf, Frosch e McHale (2004, citados por Lamela, 2013), realizaram um estudo de *design* longitudinal em que foi possível observar que a qualidade da coparentalidade se mostrou mais útil na predição do comportamento conjugal futuro do que a qualidade do comportamento conjugal na predição do comportamento coparental.

A satisfação coparental é definida como sendo o envolvimento conjunto e harmonioso de ambos os pais na prestação de cuidados aos filhos que têm em comum (Feinberg, 2002;

Lamela & Figueiredo, 2011). Para que a relação coparental seja satisfatória é necessário que ambos os pais invistam na relação com o filho, ambos valorizem o investimento do outro pai na relação com o filho, ambos respeitem as opiniões do outro pai em relação à educação do filho e ambos os pais devem estabelecer comunicação um com o outro (Weissman & Cohen, 1985, citados por Abidin & Brunner, 1995). Casais com satisfação conjugal apresentam uma maior probabilidade de possuírem satisfação coparental, tendo em conta que as decisões relacionadas com os filhos têm como ponto de partida a díade conjugal (Van Egeren e Hawkins, 2004). Estudos empíricos sugerem que casais com bom funcionamento no subsistema conjugal tendem a desenvolver relações coparentais satisfatórias (Belsky, Crnic & Gable, 1995; Katz & Gottman, 1996). Porém, apesar de o subsistema conjugal influenciar o desenvolvimento de uma relação coparental satisfatória não é o preditor mais forte, mas sim a parentalidade e os aspetos relacionados com esta (Feinberg, 2003; Van Egeren & Hawkins, 2004). Mas será que a satisfação coparental é moderadora da associação entre o conflito conjugal e o risco do divórcio? Do nosso conhecimento, nenhum estudo até ao momento tentou responder a esta questão. No entanto, alguns dados parecem sugerir o potencial efeito moderador da satisfação coparental. Por exemplo, Van Egeren & Hawkins (2004) verificaram que existem indicadores coparentais que prediziam variáveis conjugais. Mais concretamente, maior perceção de que interajuda, apoio e respeito nos cuidados conjuntos aos filhos estavam associados a maior perceção de satisfação com a relação conjugal (Van Egeren & Hawkins, 2004). Adicionalmente, estudos também apontam que um dos motivos pelo qual pode existir dissolução da conjugalidade é o reduzido envolvimento do pai na educação do filho (Baum, 2006; Pruett, Insabella, & Gustafson, 2005), o que pode sugerir que a satisfação coparental pode apresentar um efeito potencialmente moderador nesta associação.

Considerando a literatura existente, surge como relevante compreender as associações entre variáveis sociodemográficas e conjugais e o risco de dissolução conjugal. Adicionalmente, sustentados nos dados empíricos e formulações concetuais que apontam para a interdependência dos subsistemas conjugal e coparental, parece relevante compreender como a avaliação subjetiva dos indivíduos da sua relação conjugal e da sua relação coparental podem estar associados à frequência do conflito conjugal e risco de divórcio. No entanto, apesar da plausibilidade teórica destas associações, nenhum estudo, do nosso conhecimento, intentou investigar as associações moderadoras entre estas variáveis.

Deste modo, o presente estudo teve dois objetivos. O primeiro foi examinar se indicadores sociodemográficos e o conflito conjugal iriam prever o risco de divórcio. O segundo objetivo foi testar se a associação entre o conflito conjugal e o risco de divórcio seria moderada pela satisfação conjugal e a satisfação coparental numa amostra de pais e mães portuguesas.

## Método

### Participantes

A amostra foi composta por 512 participantes (85% do sexo feminino) envolvidos numa relação íntima (72.2% eram casados e 27.8% viviam em união de facto). A idade média foi de 39.5 anos ( $SD = 6.2$  anos). A duração média da relação conjugal foi de 12.13 anos ( $SD = 6.8$  anos). O rendimento financeiro médio foi de 13,808€ por ano ( $SD = €764$ ). Aproximadamente 36% dos participantes relataram uma escolaridade igual ou inferior ao ensino secundário e 64% tinham um grau de ensino superior. O número de filhos apresentou uma mediana de 2 filhos, em que a idade média do filho-foco foi de 6.51 anos ( $SD = 5.02$  anos), sendo 50.3% rapazes ( $n = 528$ ).

### Instrumentos

**O risco de divórcio** foi medido através da escala *The Divorce Proneness Scale* (Booth, Johnson, & Edwards, 1983). Esta escala foi desenvolvida para avaliar a instabilidade marital, definida como a avaliação subjetiva da frequência de vezes que o participante pensa sobre a dissolução conjugal, discute a possibilidade de dissolução com o parceiro ou outras pessoas significativas ou imagina como seria a sua vida sem a relação íntima. Esta medida tem sido amplamente utilizada como preditor de dissolução do relacionamento (Whitton, Stanley, Markman & Johnson 2013). A escala é composta por cinco itens, respondida numa escala de Likert de 5 pontos (de '1' discordo fortemente a '5' concordo fortemente). Pontuações mais altas representam uma maior instabilidade conjugal e maior risco de dissolução conjugal (Booth, Johnson & Edwards, 1985). A versão portuguesa mostrou boas qualidades psicométricas (Lamela, Morais, & Jongenelen, 2015). No presente estudo, o valor de consistência interna (alfa de Cronbach) foi de .89.

**A satisfação conjugal** foi medida através da escala *The Couple Satisfaction Index* (CSI; Funk & Rogge, 2007). Os itens da CSI derivam de medidas que anteriormente foram utilizadas para avaliar a satisfação conjugal. A CSI mede a satisfação com parceiro romântico/íntimo em quatro itens. Cada item é respondido numa escala de Likert de 7

pontos. A pontuação total é obtida pela soma de todos os itens (variação da pontuação total 4-24). Os valores mais altos refletem uma maior satisfação marital. A versão portuguesa mostrou boas qualidades psicométricas (Lamela, Morais, & Jongenelen, 2015). Na amostra atual encontrou-se excelentes propriedades psicométricas ( $\alpha = 0.91$ ).

**A satisfação com a relação coparental** foi medida através da versão reduzida da *Parenting Alliance Measure* (PAM-R, Konold & Abidin, 2001). A PAM-R avalia a percepção subjetiva que cada pai efetua sobre a qualidade da relação coparental, podendo ser assim considerada uma medida de satisfação com a relação coparental. A PAM-R é composta por 6 itens, que são classificados numa escala tipo Likert de 5 pontos (de '1' discordo totalmente a '5' concordo totalmente). Quanto maior for a pontuação, maior a satisfação com a relação coparental. A versão portuguesa demonstrou excelentes qualidades psicométricas (Lamela, Castro & Figueiredo, 2013). O alfa de Cronbach para a presente amostra foi de .91.

**O conflito conjugal** foi avaliado através de dois itens adaptados da subescala de conflito da *Coparenting Relationship Scale* (CRS; Feinberg, Brown, & Kan, 2012). Os dois itens gerados foram: 'Sente-se no meio de uma interação tensa e sarcástica com o seu companheiro?' e 'Quando falam sobre a vossa relação íntima, um de vocês ou ambos dizem algo cruel ou ofensivo um ao outro?'. Investigação anterior demonstrou que estes itens funcionaram como indicadores de comportamentos não assertivos de resolução de conflito conjugal (Lamela et al., 2015). Os itens foram respondidos numa escala de Likert de 7 pontos (desde '0' nunca a '6' muito frequente, várias vezes ao dia) A pontuação total foi obtida com o cálculo da média dos itens. Quanto maior a pontuação, maior o conflito conjugal. O alfa de Cronbach para a presente amostra foi de .88.

## **Procedimentos**

Os dados para o estudo foram provenientes de uma investigação *online* desenhada para recolher informações sobre o funcionamento familiar em adultos portugueses. O inquérito esteve disponível em um *site* português hospedado no servidor de uma universidade, entre março a julho de 2016. Os participantes foram recrutados através de fóruns *online*, notícias na comunicação social e emails para contas web de instituições públicas. Eram necessários 20-25 minutos para completar o questionário. Não foi fornecida nenhuma compensação financeira. Para garantir a qualidade dos dados, foram utilizadas as recomendações éticas e metodológicas para a condução de estudos psicológicos *online* (Kraut et al., 2004). Antes de



se iniciar a análise estatística, foram realizados procedimentos de limpeza na base de dados, conforme descrito por Funk e Rogge (2007). Cinquenta e dois participantes (6.9%) foram eliminadas após este procedimento. A base de dados final foi composta por 512 participantes. Para o estudo, os participantes deveriam ter uma relação conjugal heterossexual e pelo menos um filho com o parceiro conjugal atual. Para serem incluídos no estudo, os participantes não deveriam ter uma relação conjugal de longo prazo anterior nem filhos de outros relacionamentos íntimos. Em caso de mais de uma criança, os participantes teriam que avaliar a relação de coparentalidade com o seu parceiro tem como foco a criança de menor idade.

### **Procedimentos estatísticos**

Primeiramente, foi conduzida uma análise correlacional bivariada para preliminarmente observar a significância, força e direccionalidade das correlações entre as principais variáveis em estudo. De seguida, com o objetivo de identificar os preditores de risco de divórcio foi inicialmente conduzida uma análise de regressão linear hierárquica.

A idade dos participantes, estado civil, anos de escolaridade, rendimento financeiro, duração da relação íntima, idade da criança-foco e género da criança-foco entraram no modelo no Step 1. O conflito conjugal, como variável independente, foi adicionado no Step 2. Os potenciais moderadores – a satisfação conjugal e a satisfação coparental – foram introduzidos no Step 3. Para testar o efeito de moderação, foram introduzidas, finalmente, no Step 4 três interações *two-way* (conflito conjugal  $\times$  satisfação conjugal, conflito conjugal  $\times$  satisfação coparental e satisfação conjugal  $\times$  satisfação coparental).

Antes de serem gerados os termos de interação, todas as variáveis – com exceção das variáveis categoriais – foram standardizadas (*z scores*) para minimizar a multicolineariedade (Cohen, Aiken & West, 2003, citados por Lamela, 2013). Com intuito analítico, o género foi codificado como 0 (feminino) e 1 (masculino) e o género do filho-focal foi como 0 (feminino) e 1 (masculino). A interação entre o preditor e cada um dos moderadores foi examinada através de análises post-hoc dos declives (*simple slope analysis*) (Aiken & West, 1991, citados por Lamela, 2013). Testes de diferenças de declives foram também realizados para investigar o efeito da potencial interação. Estes testes examinaram se as diferenças entre declives foram significativamente diferentes de zero (Dawson & Richter, 2006, citados por Lamela, 2013).

## Resultados

A Tabela 1 apresenta as médias e o desvio-padrão das principais variáveis do estudo. Foram realizadas correlações bivariadas preliminares para determinar a associação entre as variáveis. Na globalidade, as associações entre as variáveis do estudo apresentaram associações significativas nas direções esperadas.

Tabela 1.

*Médias, Desvios-Padrão e Correlações Bivariadas entre as Principais Variáveis*

Variável	Média	SD	Range	1.	2.	3.
1. Conflito conjugal	1.59	2.24	0-12	-		
2. Risco de divórcio	1.89	2.61	0-12	.50	-	
3. Satisfação conjugal	14.23	4.65	0-21	-.54	-.74	-
4. Satisfação coparental	24.34	6.25	6-30	-.47	-.30	.42

Nota. Todas as associações foram significativas a .001.

Tal como apresentado na Tabela 2, o modelo final de regressão hierárquica para a predição do risco de divórcio, tendo as variáveis sociodemográficas, o conflito conjugal, a satisfação conjugal, a satisfação coparental e os termos de interação como preditores, foi significativo,  $F(12, 500) = 50.33, p < .001$ . O modelo final explicou 59% da variância do risco de divórcio. O Step 1 não contribuiu para a variância no risco de divórcio,  $F(6, 506) = 0.95, ns$ . Os resultados para o Step 2 indicaram que a introdução do conflito conjugal explicou significativamente a variância no risco de divórcio ( $R^2 = .25, p < .001$ ). De seguida, as variáveis introduzidas no Step 3 contribuiriam significativamente para a variância no risco de divórcio, tendo a satisfação conjugal se revelado como preditora do risco de divórcio. Finalmente, no Step 4, a variância explicada no risco de divórcio aumentou pela adição de dois dos três termos de interação introduzidos (conflito conjugal  $\times$  satisfação coparental e satisfação conjugal  $\times$  satisfação coparental),  $\Delta R^2 = .04, p < .001$ .

Tabela 2. *Regressão Hierárquica Predizendo Risco de Divórcio*

Variable	B (SE)	$\beta$	$R^2$	$\Delta R^2$
Step 1				
Idade	-0.03 (0.07)	-.03		
Rendimento financeiro	-0.08 (0.05)	-.07		
Duração relacionamento conjugal	-0.03 (0.06)	-.67		
Número de filhos	.001 (0.05)	.001		
Idade do filho	0.03 (0.07)	.02		
Género do filho	-0.06 (0.05)	-.06		
$F(6, 506)$		0.95	0.14	
Step 2				
Conflito conjugal	0.56 (0.05)	11.8***		
$\Delta F(1, 505)$		140.13***	.265	.25***
Step 3				
Satisfação conjugal	-0.64 (0.04)	-.63***		
Satisfação coparental	-0.09 (0.05)	-.07		
$\Delta F(2, 503)$		139.87***	.56	.30***
Step 4				
Conflito conjugal $\times$ Satisfação conjugal	-0.05 (0.03)	-.06		
Conflito conjugal $\times$ Satisfação coparental	0.16 (0.03)	.19***		
Satisfação conjugal $\times$ Satisfação coparental	0.16 (0.04)	.16***		
$\Delta F(3, 500)$		11.66***	.60	.035***

\*  $p < .05$ . \*\*  $p < .01$ . \*\*\*  $p < .001$ .

Com vista a interpretar estes resultados obtidos no Step 4, o efeito de interação entre o conflito conjugal e a satisfação coparental foi analisado através da execução de um diagrama da predição do risco de divórcio para os participantes com baixo (- 1 *SD*) e alto (+ 1 *SD*) conflito conjugal dependendo da baixa (- 1 *SD*) e alta (+ 1 *SD*) satisfação conjugal. Os resultados são mostrados na Figura 1. Os testes post-hoc de declive mostraram que, apesar de associação entre o conflito conjugal e o risco de divórcio foi significativa quer a baixos,  $B = -3.07$ ,  $t = -5.01$ ,  $p < .001$ , quer a elevados níveis,  $B = 4.08$ ,  $t = 5.08$ ,  $p < .001$ , de satisfação coparental, esta associação foi mais forte entre os participantes com elevada satisfação coparental. Através da análise da Figura 1, verifica-se que os com elevada satisfação coparental com baixo conflito conjugal apresentaram menores níveis de risco de divórcio, do que os com baixa satisfação coparental e com baixo conflito conjugal. No entanto, os pais com elevada satisfação coparental com elevados níveis de conflito conjugal relataram maior risco de divórcio do que os participantes com baixa satisfação coparental e

elevado conflito conjugal.

Não foi analisado o efeito de interação entre os dois moderadores (satisfação conjugal × satisfação coparental), uma vez que não se enquadrava teoricamente nos objetivos do presente estudo. Adicionalmente, para uma total compreensão desta interação entre os moderadores propostos neste modelo estatístico testado teria de ser conduzida a análise de um efeito de moderação 3-way (conflito conjugal × satisfação conjugal × satisfação coparental), fora dos objetivos do presente estudo.

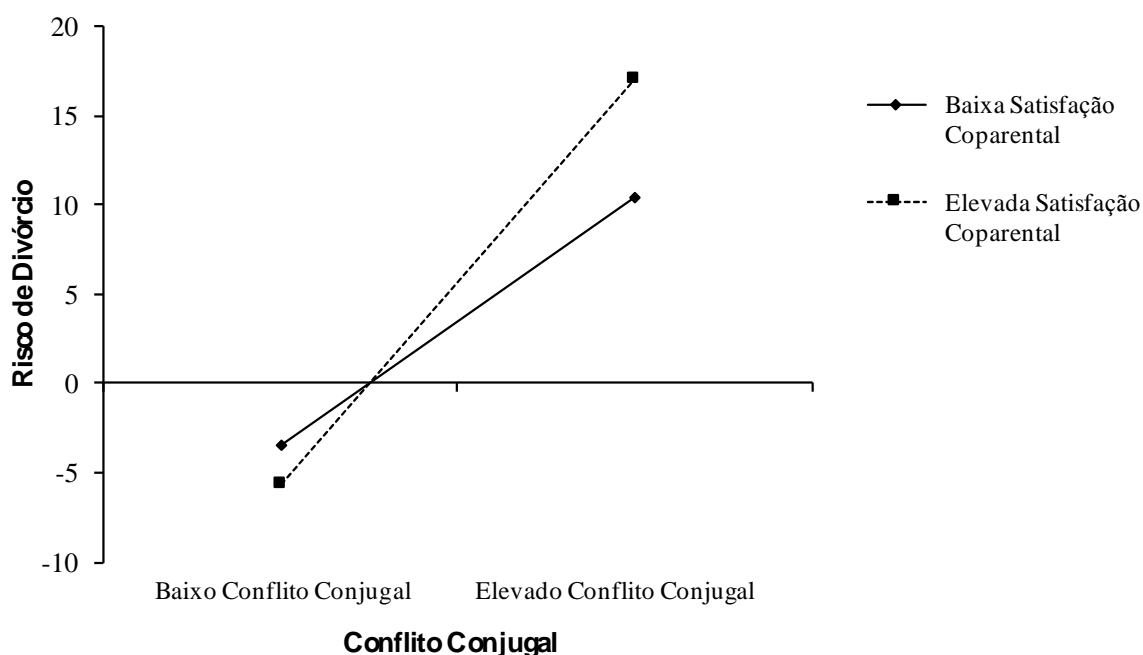


Figura 1. Interação entre o conflito conjugal e a satisfação coparental na predição do risco de divórcio.

### Discussão

Esta investigação teve como finalidade responder a dois objetivos. Em primeiro, examinar se indicadores sociodemográficos e o conflito conjugal iriam predizer o risco de divórcio. Em segundo, testar se a associação entre o conflito conjugal e o risco de divórcio seria moderada pela satisfação conjugal e a satisfação coparental.

Em relação ao primeiro objetivo, os resultados demonstraram que, ao contrário do que era esperado, os indicadores sociodemográficos não se mostram preditores estatisticamente significativos do risco de divórcio. Estes resultados não estão em linha com um conjunto de investigações prévias que têm sugerido que variáveis sociodemográficas específicas estão associadas a um maior risco de divórcio, tais como o género (Amato & Previtti, 2003), nível

socioeconómico (Voydanoff, 1990) e a idade (White, 1991). Tendo em conta que 64% da amostra tinha um grau superior de escolaridade, esta pode ser a justificação pela qual obtivemos estes resultados. O nível de escolaridade promove entre os casais uma comunicação mais eficaz que permite a resolução de divergências (Amatto & Previtti, 2003). Outro aspeto a ter em consideração é o facto da população com nível de escolaridade superior tender a ter um maior rendimento económico. Sabe-se que casais com alto rendimento tendem a ter taxas de divórcio inferiores às dos casais com baixo rendimento (Bramlett & Mosher, 2002), uma vez que as dificuldades económicas provocam um aumento do nível de irritabilidade, reduzem o número de manifestações de apoio emocional (Conger, Elder, Lorenz, Conger, Simons, Whitbeck et al., 1990), diminuem os níveis de satisfação conjugal (Karney, Garvan, & Thomas, 2003, citados por Williamson, Altman, Hsueh, Bradbury, 2016) e a frequência de interações positivas (Fein, 2004). Desta forma, a relativa homogeneidade da amostra em algumas características sociodemográficas pode ter reduzido a variabilidade, contribuindo, dessa forma, para a não significância destas variáveis na predição do risco de divórcio.

Os resultados obtidos mostraram que o conflito conjugal foi um preditor do risco do divórcio, explicando uma parte significativa da sua variância. Apesar de o conflito conjugal ser preditor do risco de divórcio, sustentado no pressuposto teórico que a avaliação subjetiva que cada cônjuge realiza acerca das recompensas psicológicas e instrumentais da relação conjugal pode desempenhar um papel relevante na compreensão do risco de divórcio, para além da natureza, intensidade e frequência do conflito conjugal (Karney & Bradbury, 1995; Lavner & Bradbury, 2012), testou-se se a satisfação conjugal teria um efeito moderador no modelo testado.

Apesar de satisfação conjugal ter sido um preditor no risco do divórcio quando inserido no modelo, à semelhança do que seria teoricamente esperado, não se observou um efeito da satisfação conjugal na relação entre conflito conjugal e risco de divórcio. A literatura tem demonstrado que a satisfação conjugal parece estar associada à manutenção ou dissolução da conjugalidade, uma vez que as relações conjugais satisfatórias apresentam menor risco de divórcio do que relações conjugais com níveis inferiores de satisfação (Bradbury, Fincham, & Beach, 2000), significando que parceiros satisfeitos com a sua relação interpretam os comportamentos específicos dos seus parceiros de forma mais positiva (Fincham & O'Leary, 1983; Jacobson, McDonald, Follette, & Berley, 1985). Por outro lado, sabe-se que casais com níveis inferiores de satisfação conjugal e problemas conjugais,

envolvendo interações negativas e declínio de expressões negativas, apresentam risco de dissolução da conjugalidade (Gottman & Leven-Son, 1992). Apesar de a satisfação conjugal ser uma avaliação subjetiva e pessoal acerca do subsistema conjugal (Kunaszuk, 2009), apresenta-se de tal forma imprescindível para a o sucesso da díade conjugal e bem-estar do indivíduo (Bradbury et al, 2000) que existem modelos clínicos que têm como estratégia alvo da terapia de casal aumentar os níveis de satisfação do casal (Coleman, 2011).

Em relação à hipótese de que a satisfação coparental seria moderadora da associação entre o conflito conjugal e o risco de divórcio, os resultados confirmaram esta hipótese. Mais especificamente, foi encontrado que pais com elevada satisfação coparental com baixo conflito conjugal apresentaram menores níveis de risco de divórcio do que pais com baixa satisfação coparental e com baixo conflito conjugal. Por outro lado, pais com elevada satisfação coparental e elevados níveis de conflito conjugal relataram maior risco de divórcio do que pais com baixa satisfação coparental e elevado conflito conjugal. Estes resultados são parcialmente contraintuitivos. No entanto, algumas justificações podem contribuir para a compreensão destes resultados. Em primeiro, o facto de que casais com bom funcionamento no subsistema conjugal tenderem a desenvolver relações coparentais satisfatórias (Belsky, Crnic & Gable, 1995; Katz & Gottman, 1996), uma vez que questões relacionadas com os filhos têm como ponto de partida a díade conjugal (Van Egeren & Hawkins, 2004). Por outro lado, uma relação coparental satisfatória aumenta a percepção de que a relação conjugal se está a fortalecer e que é importante a presença e contributo do parceiro (Van Egeren & Hawkins, 2004). Além disso, a qualidade da coparentalidade é mais útil na predição do comportamento conjugal futuro do que a qualidade do comportamento conjugal na predição do comportamento coparental (Schoppe-Sullivan, Mangelsdorf, Frosch & McHale, 2004, citados por Lamela, 2013). O facto de os pais com baixo conflito conjugal e com baixa satisfação coparental apresentarem maior risco de divórcio pode-se dever ao facto de que o subsistema conjugal influencia o desenvolvimento de um subsistema coparental satisfatório, mas não é o preditor mais forte, mas sim a parentalidade e outros fatores (Feinberg, 2003; Van Egeren & Hawkins, 2004). Outra justificação para os resultados obtidos centra-se na interdependência – mas não dependência – entre o subsistema conjugal e coparental, sendo que o subsistema coparental não é um substrato da relação conjugal e ser um subsistema autónomo com mecanismos e características idiossincráticas, que faz com que se diferencie dos processos relacionais do subsistema conjugal (Van Egeren, 2004). Mas qual será o motivo pelo qual casais com baixa satisfação coparental e elevado conflito conjugal

apresentarem menor risco de divórcio do que aqueles com elevada satisfação coparental? Seria pertinente que investigações futuras se debruassem sobre esta questão e conseguissem encontrar uma explicação para este resultado, uma vez que o *design* transversal não permite desenhar relações causais entre as variáveis.

Este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. Em primeiro, trata-se de um estudo de *design* transversal, tendo em conta a avaliação ter ocorrido num só momento, o que não permitiu analisar a evolução desenvolvimental dos constructos em questão nem estabelecer relações de causa-efeito. Seria interessante que investigações futuras concretizassem estudos com *design* longitudinal, de forma a compreender o efeito da satisfação coparental como moderadora do risco de divórcio e conflito conjugal, em diferentes períodos desenvolvimentais do casal.

Foi utilizada uma amostra por conveniência, através de um questionário *online*, o que poderá diminuir a possibilidade de generalização dos resultados. A amostra foi constituída por uma maior percentagem de participantes com níveis elevados de educação, que poderá estar associado ao tipo de divulgação do estudo. O facto de os participantes não poderem ter tido uma relação conjugal a longo prazo anterior ao atual relacionamento representa uma limitação uma vez que poderá ter diminuído a variabilidade sociodemográfica da amostra. Esta homogeneidade entre os participantes permitiu aumentar o poder estatístico das análises. No entanto, esta homogeneidade condiciona a generalização destes resultados a díades coparentais compostas por pais do mesmo sexo, a pais e mães recasados ou com filhos noutras faixas etárias. Desta forma, sugere-se que futuramente o presente *design* metodológico seja replicado com participantes heterossexuais e do mesmo sexo, de forma a se obter uma maior heterogeneidade entre os participantes.

Apesar das limitações mencionadas anteriormente, esta investigação permitiu um novo olhar acerca do efeito moderador da satisfação coparental na associação entre o conflito conjugal e o risco de divórcio. Assim, este estudo contribui para a compreensão do potencial efeito moderador da satisfação coparental na associação entre dimensões conjugais.

### **Referências Bibliográficas**

- Abidin, R., & Brunner, F. (1995). Development of a Parenting Alliance Inventory. *Journal of Clinical Child Psychology*, 24(1), 31-40.
- Alarcão, M. (2000). (des) Equilíbrios Familiares. Uma visão sistémica. Coimbra: Quarteto Editora.

- Amato, R., & Previti, D. (2003). People's reasons for divorcing gender, social class, the life course, and adjustment. *Journal of Family Issues*, 24(5), 602-626. doi: 10.1177/0192513X03254507
- Bali, A., Dhingra, R., & Baru, A. (2010). Marital adjustment of childless couples. *J Soc Sci*, 24 (1), 73-76.
- Baum, N. (2006). Postdivorce paternal disengagement: Failed mourning and role fusion. *Journal of Marital and Family Therapy*, 32(2), 245-254. doi: 10.1111/j.1752-0606.2006.tb01603.
- Belsky, J., Crnic, K., & Gable, S. (1995). The determinants of coparenting in families with toddler boys: spousal differences and daily hassles. *Child Development*, 66(3), 629-642. doi: 10.1111/j.1467-8624.1995.tb00894.
- Benetti, S. (2006). Conflito conjugal: impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19 (2), 261-268.
- Bolze, A., Crepaldi, A., Schmidt, B., & Vieira, L. (2013). Relacionamento conjugal e táticas de resolução de conflito entre casais. *Actualidades en Psicología*, 27(114), 71-85.
- Booth, A., Johnson, D., White, L. & Edwards, J. (1985). Predicting divorce and permanent separation. *Journal of Family Issues*, 6(3), 331-346. doi: 10.1177/019251385006003005
- Bradbury, T., Fincham, F. & Beach, S. (2000). Research on the nature and determinants of marital satisfaction: A decade in review. *Journal of Marriage and Family*, 62(4), 964-980. doi: 10.1111/j.1741-3737.2000.00964.x
- Bramlett, M. D., & Mosher, W. D. (2002). Cohabitation, marriage, divorce, and remarriage in the United States. *Vital health statistics*, 23(22), 1-32.
- Coleman, L. (2011). Improving relationship satisfaction: Qualitative insights derived from individuals currently within a couple relationship. *The Family Journal*, 19, 369-380. doi:10.1177/1066480711415036
- Coleta, M. F. (1992). Locus de controle e satisfação conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 8(2), 243-252.
- Conger, D., Elder, H., Lorenz, O., Conger, J., Simons, L., Whitbeck, B., Huck, S. & Melby, N. (1990). Linking economic hardship to marital quality and instability. *Journal of Marriage & the Family*, 52, 643-656. doi: 10.2307/352931
- Cox, M. & Paley, B. (1997). Families as systems. *Annual Review of Psychology*, 48(1),



- 243- 267. doi: 10.1146/annurev.psych.48.1.243
- Fein, D. J., & Fein, D. (2004). Married and Poor: Basic Characteristics of Economically Disadvantaged Married Couples in the US. *MDRC*
- Feinberg, E. (2002). Coparenting and the transition to parenthood: A framework for prevention. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 5(3), 173-195. doi: 10.1023/A:1019695015110
- Feinberg, E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice*, 3(2), 95-131.
- Feinberg, E., Brown, L., & Kan, M. (2012). A multi-domain self-report measure of coparenting. *Parenting*, 12(1)1-21.
- Féres-Carneiro, T. (2008). Pesquisa e prática clínica: Construindo articulações teóricas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21, 349-355.
- Féres-Carneiro, T. & Neto, O. (2010). Construção e dissolução da conjugalidade: Padrões relacionais. *Paidéia*, 20 (46), 269-278.
- Fincham, D., & O'Leary, D. (1983). Causal inferences for spouse behavior in martially distressed and nondistressed couples. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 1, 42-57. doi:10.1521/jscp.1983.1.1.42
- Funk, J. & Rogge, R.(2007) Testing the ruler with item response theory: Increasing precision of measurement for relationship satisfaction with the couples satisfaction index. *Journal of Family Psychology*, 21(4). doi: 10.1037/0893-3200.21.4.572
- Gerard, J., Krishnakumar, A., & Buehler, C. (2006). Marital conflict, parent-child relations, and youth maladjustment a longitudinal investigation of spillover effects. *Journal of Family Issues*, 27(7), 951-975 doi: 10.1177/0192513X05286020
- Gottman, M., Coan, J., Carrere, S., & Swanson, C. (1998). Predicting marital happiness and stability from newlywed interactions. *Journal of Marriage and the Family*, 5-22. doi: 10.2307/353438
- Gottman, M., & Levenson, W. (1992). Marital process predictive of later dissolution: Behavior, physiology and health. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63(2), 221-233.
- Jacobson, S., McDonald, W., Follette, C., & Berley, A. (1985). Attributional processes in distressed and nondistressed married couples. *Cognitive TheResearch*, 9, 35-50. doi: 10.1007/BF01178749

- Jalovaara, M. (2003). The joint effects of marriage partners' socioeconomic positions on the risk of divorce. *Demography*, 40(1),67-81. doi:10.1353/dem.2003.0004
- Karney, R., & Bradbury, N. (1995). The longitudinal course of marital quality and stability: A review of theory, method, and research. *Psychological Bulletin*, 118, 3–34.
- Katz, F., & Gottman, M. (1996). Spillover effects of marital conflict: In search of parenting and coparenting mechanisms. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 1996(74), 57-76. doi: 10.1002/cd.23219967406
- Konold, R., & Abidin, R. (2001). Parenting alliance: A multifactor perspective. *Assessment*, 8(1),47-65.doi:10.1177/107319110100800105
- Kunaszuk, R. M. E. (2009). *Intimacy, Libido, Depressive Symptoms and Marital Satisfaction in Postpartum Couples*. Tese de Doutoramento. Universidade Drexel, Philadelphia.
- Kraut, R., Olson, J., Banaji, M., Bruckman, A., Cohen, J. & Couper, M. (2004). Psychological research online: Report of Board of Scientific Affairs Advisory Group on the Conduct of Research on the Internet. *American Psychologist*, 59(2), 105-117.
- Lamela, D. (2013). *Divórcio e funcionamento psicológico em adultos e crianças*. Tese de Doutoramento. Escola de Psicologia, Universidade do Minho.
- Lamela, D., Castro, M., & Figueiredo, B. (2013). Parenting Alliance Measure: a portuguese validation and development of a short-form version. *Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)*, 40 (6), 215-219. doi: 10.1590/S0101-60832013000600002
- Lamela, D., Costa, N., & Figueiredo, B. (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: revisão crítica. *Psicologia em Estudo*, 15(1), 191-201.
- Lamela, D., & Figueiredo, B. (2011). Post-divorce representations of marital negotiation during marriage predict parenting alliance in newly divorced parents. *Sexual and Relationship Therapy*, 26(2),182-190.
- Lamela, D., Morais, A., & Jongenelen, I. (2015). Does sociosexuality moderate the association between coparenting and marital satisfaction in women with a romantic partner? Manuscript submitted for publication.
- Lavner, A., & Bradbury, N. (2012). Why do even satisfied newlyweds eventually go on to divorce?. *Journal of Family Psychology*, 26(1), 1.
- Levinger, G. (1966). Sources of marital dissatisfaction among applicants for

- divorce. *American Journal of Orthopsychiatry*, 36(5), 803-807. doi: 10.1111/j.1939-0025.1966.tb02407.x
- Maccoby, E., Depner, C., & Mnookin, R. (1990). Coparenting in the second year after divorce. *Journal of Marriage and the Family*, 52, 141-155. doi: 10.2307/352846
- Margolin, G. (2005). Children's exposure to violence exploring developmental pathways to diverse outcomes. *Journal of Interpersonal Violence*, 20(1), 72-81. doi: 10.1177/0886260504268371
- Margolin, G.; Gordis, B.; Oliver, H. (2004). Linkages across marital, parent-child, and triadic interactions: Family systems perspectives. *Development and Psychopathology*, 16, 753-772
- Mosmann, C., Wagner, A., & Féres-Carneiro, T. (2006). Qualidade conjugal: Mapeando conceitos. *Paidéia*, 16(35), 315-325.
- Mosmann, C., & Falcke, D. (2011). Conflitos conjugais: motivos e frequência. *Revista da SPAGESP*, 12 (2), 5-16.
- Narciso, I. (1997). Metamorfoses do Amor e da Satisfação ao Longo do tempo Conjugal. In Marchand, H. & Pinto, H. R. "Colóquio" *Família: Contributos da Psicologia e das Ciências da Educação*. Actas: Educanda Lisboa, 55-61.
- Narciso, I., & Costa, E. (2001). Percursos de Mudança na qualidade conjugal: fragmentos de um estudo sobre conjugalidades satisfeitas. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17, 181-195.
- Narciso, I., Costa, E., & Prata, X. (2002). Intimidade e Compromisso ou "Aquilo que Pode Fazer com que um Casamento Funcione". *Revista Portuguesa de Psicologia*, 36.
- Narciso, I., & Ribeiro, M. T. (2009). *Olhares sobre a conjugalidade*. Lisboa: Editora Coisas de Ler.
- Pruett, K., Insabella, M., & Gustafson, K. (2005). The Collaborative Divorce Project: a court-based intervention for separating parents with young children. *Family Court Review*, 43(1), 38-51. doi:10.1111/j.1744-1617.2005.00006.x
- Sampaio, D., & Gameiro, J. (1985). *Terapia familiar*. Porto: Edições Afrontamento.
- Schmidt, B. (2012). *Relacionamento Conjugal e temperamento de crianças com idade entre quatro e seis anos*. Tese de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Smith-Acuña, S. (2010). *Systems theory in action: Applications to individual, couple, and family therapy*. New York: John Wiley & Sons

- Thompson, L., & Walker, A. J. (1989). Gender in families: Women and men in marriage, work, and parenthood. *Journal of Marriage and the Family*, 845-871. doi: 10.2307/353201
- Thompson, L., & Walker, A. J. (1991). Gender in families: Women and men in marriage, work, and parenthood. In A. Booth (Ed.), *Contemporary families: Looking forward, looking back* (pp. 76-102). Minneapolis, MN: National Council on Family Relations.
- Van Egeren, L. (2004). The development of the coparenting relationship over the transition to parenthood. *Infant Mental Health Journal*, 25(5), 453-477. doi: 10.1002/imhj.20019
- Van Egeren, A., & Hawkins, P. (2004). Coming to terms with coparenting: Implications of definition and measurement. *Journal of Adult Development*, 11(3), 165-178. doi: 10.1023/B:JADE.0000035625.74672.0b
- Voydanoff, P. (1990). Economic Distress and Family Relations: A Review of the Eighties. *Journal of Marriage and the Family*, 1099-1115.
- White, L. (1991). Determinants of divorce: A review of research in the eighties. In A. Booth (Ed.), *Contemporary families: Looking forward, looking back* (pp. 141-149). Minneapolis, MN: National Council on Family Relations. doi: 10.2307/353309
- Whitton, S., Stanley, S., Markman, H., & Johnson, C. (2013). Attitudes toward divorce, commitment, and divorce proneness in first marriages and remarriages. *Journal of Marriage and Family*, 75(2), 276-287. doi: 10.1111/jomf.12008
- Wilhelm, A., & Oliveira, D. (2011). Fatores indicados por casais que facilitam ou impedem o relacionamento conjugal satisfatório. *Revista Caminhos*, 2(1), 173-186.
- Williamson, C., Altman, N., Hsueh, J., & Bradbury, N. (2016). Effects of relationship education on couple communication and satisfaction: A randomized controlled trial with low-income couples. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 84(2), 156.